

PAD

PROGRAMA DE APOIO AO DISCENTE

POLÍTICA DE ACESSIBILIDADE

2022

POLÍTICA INSTITUCIONAL PARA ATENDIMENTO AOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA OU COM DIFICULDADES ESPECÍFICAS DE APRENDIZAGEM

1 - BASES LEGAIS E INCLUSÃO

Muitos documentos abordam os direitos dos indivíduos. Um desses documentos é o plano internacional a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que em seu artigo 7º, preconiza:

Todos são iguais perante a Lei. Todos têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação. (grifo nosso).

A partir do XXV Congresso Mundial da PAX ROMANA, realizado na cidade de Montevidéu (Uruguai), em 1962, a preocupação com a “responsabilidade social da universidade”, tem sido demonstrada, assim como a importância da dimensão social da educação.

A Constituição Federal Brasileira (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), são as legislações do nosso país que garantem que a educação é um direito público subjetivo e o atendimento especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais.

O Aviso Circular Nº227/MEC/GM/1996 é outro instrumento dirigido às Instituições de Ensino Superior - IES com o objetivo de orientar a adequação estrutural para criar condições próprias, de forma a possibilitar o acesso dos alunos com deficiência nos cursos superiores.

Em novembro de 2003, o Ministério da Educação publicou a Portaria nº 3.284 que normatiza os **“requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições”**. Essa Portaria determina as condições que devem ser cumpridas para garantir ao aluno com necessidades educacionais especiais tenham direito à educação, atendendo ao princípio da inclusão, assim como prevê a Declaração de Salamanca de 1994.

Ainda de acordo com a Portaria nº 3.284 a Secretaria de Educação Superior, com suporte técnico da Secretaria de Educação Especial, deve estabelecer medidas necessárias que serão incluídas aos instrumentos de avaliação das condições de ofertas de cursos superiores, baseados na Norma Brasil 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, que trata da “Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências a Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos”.

Outro documento que deve ser citado é o Decreto presidencial nº 5296, de 02 de dezembro de 2004, responsável por estabelecer normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. O Decreto, em seu Art. 24, diz como as Instituições de Ensino Superior – IES devem proporcionar condições de acesso e de utilização dos seus ambientes para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

A Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, regulamentada pelo Decreto nº 5626, de 22 de dezembro de 2005, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que dispõem sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, ressaltam a necessidade de buscar meios para facilitar a inclusão de pessoas com dificuldades de comunicação e expressão. O Decreto nº 5.626, determina a obrigatoriedade do oferecimento de LIBRAS em todos os cursos de formação de professores e de pedagogia; e, de maneira optativa, nos demais cursos superiores. Segundo a Política Nacional de Educação Especial de 2008 os alunos com deficiência, com transtornos no desenvolvimento global e os com altas habilidades/superdotação têm o direito de que suas necessidades educacionais especiais sejam atendidas na perspectiva da educação inclusiva por meio de um conjunto de atividades, de recursos de acessibilidade e pedagógicos de forma a complementar ou suplementar a formação desses alunos nos diferentes níveis e graus de ensino.

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo (Nova York, 2007), promulgada pelo Decreto 6.949, de 25/08/2009, é outra normatização sobre o assunto. A Política de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista foi instituída pela Lei nº 12.764, promulgada em 27 de dezembro de 2012.

O Parecer CNE/CP/Nº8/2012 que instituiu as Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos é outro marco legal que visa garantir o direito à educação de todos.

O Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) também contribuiu com a

publicação dos “Referenciais de acessibilidade na Educação Superior e a avaliação *in loco* do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior”.

E em 25 de junho de 2014 foi promulgada a Lei nº 13.005 que aprovou o Plano Nacional de Educação – 2014/2020, que, entre outras determinações, trata sobre a educação dos alunos com necessidades educacionais especiais nos diferentes níveis e graus de ensino.

Baseada em toda a legislação sobre o assunto e preocupada em garantir os direitos do alunocom necessidades educacionais especiais e, sobretudo, em estabelecer uma política institucional para atingir esse objetivo, a UNISEPE Educacional vem desenvolvendo uma série de ações para manter a qualidade de ensino para todos os seus alunos e, especificamente, assegurar ao aluno com deficiência as condições necessárias para o seu pleno aprendizado.

A UNISEPE Educacional tem como responsabilidade introduzir os seus alunos no mundo científico, cultural e social, independentemente de suas diferenças.

Diante disso, a Instituição tem o compromisso de proporcionar as melhores condições possíveis, aliada ao integral atendimento às recomendações internacionais e aos dispositivos legais nacionais. Isso é fundamental para buscar novas formas de responder aos proclames de uma Educação Inclusiva, garantindo não só o acesso, mas, sobretudo, a permanência dos alunos com deficiência na UNISEPE Educacional. A inclusão deve ser realizada por meio de um projeto pedagógico que esteja centrado na aprendizagem de todos os alunos, sem exceção. Os alunos com necessidades educacionais devem, sempre, ser vistos à luz das suas potencialidades e possibilidades.

A Instituição elaborou dois documentos, sendo um destinado aos professores dos cursos de graduação, na modalidade presencial bem como na modalidade a distância, para orientá-los em seus procedimentos metodológicos quando em sua turma estivessem matriculados alunos com deficiência ou dificuldade específica de aprendizagem; e o outro destinado aos gestores de todos os *campi*, no sentido de garantir aos alunos com deficiência acesso atodos os espaços neles existentes.

2 - ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS – QUEM SÃO ELES

Segundo a Política Nacional de Educação Especial (2008), são considerados alunos com necessidades educacionais especiais:

=> aqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física ou sensorial, que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade;

=> os alunos que apresentam transtornos globais do desenvolvimento com alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndrome do espectro do autismo e psicose infantil;

=> aqueles com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes.

Ainda são considerados alunos com necessidades educacionais especiais os que apresentam transtornos funcionais específicos como: dislexia, disortografia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade, entre outros.

Para melhor entendimento desse grupo de necessidades educacionais especiais, seguem abaixo seus respectivos conceitos:

2.1 - Deficiência Mental. “Retardo mental é uma incapacidade caracterizada por importantes limitações, tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo, está expresso nas habilidades adaptativas conceituais, sociais e práticas. Essa incapacidade tem início antes dos 18 anos de idade” (AAMR, 2002).

Deficiência Auditiva: diminuição da capacidade de percepção normal dos sons, sendo considerado surdo o indivíduo cuja audição não é funcional na vida comum, e deficiente auditivo, aquele cuja audição, ainda que deficiente, é funcional com ou sem prótese auditiva(MEC/SEESP/1997).

2.2 - Deficiência Visual. cegueira: perda da visão em ambos os olhos, de menos 0,1 no melhor olho, e após correção, ou um campo visual não excedente de 20 graus, no maior meridiano do melhor olho, mesmo com o uso de lente para correção; baixa visão – acuidade visual entre 6/20 e 6/60, no melhor olho, após correção máxima”. Esses conceitos são baseados em diagnóstico médico oftalmológico da acuidade visual (MEC/SEESP,1997).

2.3 - Deficiência Física. variedade de condições não sensoriais que afetam o indivíduo em termos de mobilidade, de coordenação motora geral ou da fala, como decorrência de lesões neurológicas, neuromusculares, ortopédicas de malformações congênicas ou adquiridas (MEC/SEESP,1997).

2.4 - Altas Habilidades/superdotação. Potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse (Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008).

2.5 - Transtorno do Espectro Autista. deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos (LeiNº12764/2012).

2.6- Dislexia: transtorno específico de aprendizagem de origem neurobiológica, caracterizada por dificuldade no reconhecimento preciso e/ou fluente da palavra, na habilidade de decodificação e em soletração. Essas dificuldades normalmente resultam de um déficit no componente fonológico da linguagem e são inesperadas em relação à idade e outras habilidades cognitivas (International Dyslexia Association, em 2002).

2.7 - Discalculia: desordem neurológica específica que provoca dificuldade em aprender tudo o que está

relacionado a números como: operações matemáticas; dificuldade em entender os conceitos e a aplicação da matemática; seguir sequências; classificar números. (Manual de dificuldades de aprendizagem, 1998).

2.8- Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade: transtorno neurobiológico, de causas genéticas, que aparece na infância e frequentemente acompanha o indivíduo por toda a sua vida. Ele se caracteriza por sintomas de desatenção, inquietude e impulsividade. (ABDA, 1999).

Os conceitos apresentados acima evidenciam a importância da utilização de procedimentos metodológicos que possibilitem sucesso no processo de ensino e aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais.

3 - CONSTRUINDO A INCLUSÃO

A UNISEPE Educacional materializará os princípios da inclusão educacional para os alunos com necessidades educacionais especiais adotando ações que vão além daquelas tradicionais para a dimensão arquitetônica. Sendo assim, os Projetos Pedagógicos de seus cursos superiores envolvem acessibilidade metodológica, avaliativa, digital e comunicativa.

As ações implementadas pela UNISEPE Educacional têm como objetivo permitir não só o acesso aos alunos com necessidades educacionais, mas também a sua permanência com sucesso na educação superior.

Quanto às medidas de acesso, são desenvolvidas as seguintes ações:

Inclusão, na ficha de inscrição, de um campo de identificação do tipo de deficiência que o candidato apresenta;

Alocação dos candidatos com deficiência física ou mobilidade reduzida em salas de fácil acesso;

=> Disponibilização de um leitor para candidatos com deficiência visual; e

=> Disponibilização de um intérprete de LIBRAS para alunos surdos.

Para garantir a permanência dos alunos no curso eleito, foram elaborados documentos destinados a todos os docentes da UNISEPE Educacional, orientando à prática pedagógica, com a finalidade de facilitar o processo de aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais matriculados em suas disciplinas e destinados aos gestores do campus, corpo administrativo e pessoal de apoio que garantam não só a acessibilidade atitudinal, como também a acessibilidade arquitetônica.

Outra medida é o acompanhamento referente às necessidades e ao desempenho desses alunos pelo Programa de Apoio ao Discente – PAD.

4 - SUGESTÕES DE PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS EM SALA DE AULA PRESENCIAL

Prezado(a) Professor(a),

Temos o compromisso de criar um ambiente educacional que reconheça as suas possibilidades e suas limitações dos alunos com deficiência ou com problemas específicos de aprendizagem, garantindo, dessa forma, a sua plena inclusão no conjunto da turma.

Baseado nessa percepção, sugerimos a você, professor, a adoção de alguns procedimentos metodológicos que facilitarão o caminhar desses alunos e os ajudarão obter sucesso na aprendizagem.

Relacionamos abaixo os procedimentos mais relevantes por categoria de deficiência ou por problemas específicos de aprendizagem.

4.1- DEFICIÊNCIA FÍSICA (PARALISIA CEREBRAL)

=> permitir o uso de gravador durante a aula;

=> solicitar a um aluno que empreste os seus apontamentos para que o colega deficiente possa tirar cópia;

=>lançar mão de avaliação oral, caso o aluno tenha muita dificuldade na escrita;

=> permitir que, durante as aulas práticas realizadas em laboratórios, onde são utilizadas vidrarias, reagentes e altas temperaturas, o aluno, caso necessário, participe apenas como observador;

=> solicitar o rebaixamento da lousa, caso haja aluno cadeirante;

=> arrumar o espaço da sala, de forma a possibilitar uma boa circulação do aluno cadeirante.

4.2 - DEFICIÊNCIA VISUAL (CEGUEIRA)

=> solicitar a um aluno da turma que apresente as áreas da Instituição ao colega cego, para fazê-lo localizar sanitários, elevadores, rampas etc., assim como caminhar pela sala, fazendo-lhe notar as carteiras, mesa do professor, a lousa e outras referências, até que ele seja capaz de andar sozinho;

=> ler em voz alta o que escrever na lousa, para que o aluno cego possa tomar notas e acompanhar o raciocínio;

=> estar ciente de que a leitura e a escrita em Braille é mais lenta do que a escrita comum;

=> ter o cuidado de verbalizar o material escrito nas transparências ou slides, quando usar, respectivamente, retroprojeter ou *datashow*;

=> permitir ao aluno cego gravar as suas aulas;

=> indicar com precisão, o lugar exato das pessoas ou coisas, usando termos como: à sua frente, em cima, etc., em vez de “ali”, “aqui”;

=> descrever oralmente, em pormenor, o que pretende que ele faça;

=> fazer uso da avaliação oral, caso necessário;

=> combinar com o aluno a melhor forma de elaboração dos instrumentos de avaliação (prova oral, prova transcrita em braille ou com o auxílio de um leitor);

=> ter o cuidado de apresentar vídeos dublados.

4.3 – DEFICIÊNCIA VISUAL (BAIXA VISÃO)

=>reservar um lugar na 1ª primeira fila sem que tenha luz de frente;

=>escrever na lousa com letras maiores, com maior espaço entre as palavras e as linhas;

=> elaborar avaliações com a fonte ampliada, caso necessário, de acordo com a necessidade de cada estudante;

=> descrever oralmente, em pormenor, o que pretende que ele faça;

=> fazer uso da avaliação oral, caso necessário;

=> ter o cuidado de verbalizar o material escrito nas transparências ou slides, quando usar, respectivamente, retroprojeter ou *datashow*;

=> permitir ao aluno com baixa visão gravar as suas aulas.

4.4 – DEFICIÊNCIA AUDITIVA

- => reservar, sempre, um lugar à frente da sala que permita ao aluno deficiente auditivo perceber tudo que se passa no ambiente;
- => explicar a matéria, certificando-se de que está bem de frente para o aluno, se possível fale em cima de um tablado – a maioria dos alunos deficientes auditivos faz leitura labial para complementar o entendimento sonoro;
- => apoiar a sua explicação em imagens e textos, facilitando, assim, a compreensão do conteúdo;
- => falar devagar e suavemente, ao ritmo natural e nunca falar alto demais;
- => considerar que as limitações de estrutura linguística são uma constante, por isso não estranhe a pobreza do vocabulário;
- => escrever na lousa informações importantes como: data, horário, matéria de provas, adiamento das mesmas e trabalhos (até mesmo a ausência do professor);
- => registrar na lousa a bibliografia pertinente à aula dada, para que o aluno deficiente auditivo possa estudar em casa;
- => “estimular o aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita, para uso do vocabulário pertinente” à matéria que está sendo ensinada;
- => permitir o uso de dicionário durante a realização de avaliações;
- => adotar flexibilidade na correção de provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;
- => ter acesso à literatura e informações sobre a especificidade do aluno com deficiência auditiva;
- => manter uma iluminação parcial, durante a projeção de slides e transparências, para que o aluno deficiente auditivo possa ler os lábios do professor e saber o que está sendo explicado;
- => apresentar, sempre que possível vídeos legendados, caso não seja possível, entregar um resumo escrito do conteúdo apresentado;
- => diminuir ao máximo a quantidade de ruídos dentro de sala de aula, pedindo a compreensão da turma;
- => solicitar a um aluno ouvinte que auxilie o colega deficiente auditivo quanto às suas dúvidas e, também, fornecer-lhe o conteúdo abordado em aula por escrito;
- => arrumar a carteiras em semicírculo, para que o aluno deficiente auditivo possa participar das discussões, utilizando como recurso a leitura labial.

4.5 – SURDEZ

- Quando identificar em sua classe a presença de um aluno surdo usuário de LIBRAS, ou caso o aluno solicite a presença do intérprete de LIBRAS, comunicar a Coordenação do Curso e o PAD;
- => considerar que as limitações de estrutura linguística são uma constante por isso não estranhe a pobreza do vocabulário;
 - => escrever na lousa informações importantes como: data, horário, matéria de provas, adiamento das mesmas e trabalhos (até mesmo a ausência do professor);
 - => registrar na lousa a bibliografia pertinente à aula dada para que o aluno surdo possa estudar em casa;
 - => permitir o uso de dicionário durante a realização de avaliações;
 - => adotar flexibilidade na correção de provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;
 - => solicitar a um aluno ouvinte que auxilie o colega surdo quanto às suas dúvidas e, também, fornecer-lhe a matéria tratada em aula por escrito;
 - => apresentar, sempre que possível, vídeos legendados, caso não seja possível, entregar um resumo escrito do conteúdo apresentado;
 - => falar devagar e suavemente, ao ritmo natural e nunca falar alto demais.

4.6 - DEFICIÊNCIA MENTAL

O atraso no desenvolvimento global do indivíduo é uma característica marcante do quadro de deficiência mental. O indivíduo apresenta uma lentidão no seu desenvolvimento, conseqüentemente, no seu processo de aprendizagem. Porém, o aluno com deficiência mental pensa com lógica e raciocina.

- => levar o aluno a aprender os conteúdos de maneira mais ajustada às suas condições individuais;
- => valorizar a permanência deste aluno com os colegas e grupos que favoreçam o seu

desenvolvimento, comunicação, autonomia e aprendizagem;

- => introduzir atividades complementares às previstas;
- => introduzir atividades alternativas além das planejadas para a turma;
- => modificar o nível de complexidade das atividades;
- => modificar a temporalidade para determinados objetivos e conteúdos;
- => adaptar os critérios regulares de avaliação, caso seja necessário.

4.7 - DISLEXIA (DISTÚRBO OU TRANSTORNO DE APRENDIZAGEM NA ÁREA DA LEITURA, ESCRITA E SOLETRAÇÃO)

- => explicar a matéria mais vagarosamente;
- => repetir as informações mais de uma vez;
- => evitar atividades que envolva memória imediata;
- => oferecer uma atenção individualizada;
- => escolher um aluno com bom desempenho e que aceite sentar ao seu lado (monitor);
- => permitir que ~~ele~~ o aluno realize as provas ou testes oralmente;
- => aumentar para o aluno o tempo de realização da prova;
- => incentivar o aluno a restaurar a confiança em si próprio, valorizando o que ele gosta e faz bem feito;
- => ressaltar os acertos, ainda que pequenos, e não enfatizar os erros;
- => valorizar o esforço e interesse do aluno;
- => evitar o uso da expressão "tente esforçar-se" ou outras semelhantes, pois o que ele faz o que ele é capaz de fazer no momento;
- => falar francamente sobre suas dificuldades sem, porém, fazê-lo sentir-se incapaz, mas auxiliando-o a superá-las;
- => respeitar o seu ritmo, pois como ele tem dificuldade de linguagem, tem problemas de processamento da informação. Ele precisa de mais tempo para pensar, para dar sentido ao que ele viu e ouviu;
- => certificar-se de que seu aluno pode ler e compreender o enunciado ou a questão. Caso contrário, leia as instruções para ele;
- => levar em conta as dificuldades específicas do aluno e as dificuldades da nossa língua quando corrigir as atividades;
- => dar instruções e orientações curtas e simples que evitem confusões;
- => dar "dicas" específicas de como o aluno pode aprender ou estudar a sua disciplina;
- => dar explicações de "como fazer" sempre que possível, posicionando-se ao seu lado;
- => permitir o uso de gravador;
- => esquematizar o conteúdo das aulas, para que ele possa entender os principais conceitos da matéria através de esquemas claros e didáticos;
- => evitar que o aluno leia em voz alta perante a turma, pois ele tem consciência de seus erros. A maioria dos textos de nível superior é difícil para ele.

4.8 - TDAH (TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO COM HIPERATIVIDADE)

- => prestar atendimento individualizado a este aluno;
- => permitir avaliação oral;
- => explicar o conteúdo mais de uma vez;
- => permitir que a avaliação escrita seja realizada com tempo maior do que disponibilizado para os outros alunos;
- => pedir que ~~ele~~ ouça a sua pergunta até o final, isto porque ele tem dificuldade de ouvir a pergunta toda;
- => procurar entender a sua produção textual, uma vez que o aluno tem dificuldade de leitura e escrita;
- => buscar meios que o leve a completar a tarefa solicitada, pois não é persistente.

Os procedimentos acima recomendados fazem parte do conjunto de ações necessárias à efetivação de uma Educação Inclusiva.

Professor, ao identificar um aluno com deficiência ou com dificuldade específica de aprendizagem, o Coordenador de seu curso deverá ser informado e o PAD também deve ser comunicado.

4.9 - TRANSTORNOS DO ESPECTRO AUTISTA

- => utilizar estratégias para o acolhimento do aluno junto aos seus pares;

=> orientá-lo a sentar-se em local mais central entre os colegas, permitindo-lhe a visualização dos colegas ao lado e à frente.

=> oferecer uma previsibilidade dos acontecimentos que ocorrerão durante a aula, porque a organização de todo o contexto torna-se uma referência para sua segurança interna, diminuindo assim o nível de angústia, ansiedade, frustração e distúrbios de comportamento;

=> realizar atividades em dupla ou em grupo;

=> aula deve ser planejada, de modo que o aluno perceba a organização;

=> respeitar o ritmo de seu envolvimento e execução das atividades em sala de aula;

=> valorizar suas possibilidades;

=> utilizar, dentro do possível, recursos visuais, porque esse aluno tem mais facilidade de compreensão visual;

=> o professor deve impor limites claros e firmes;

Caso o aluno apresente alguma estereotipia (momentos repetitivos) ou ecolalia (repetição de palavras ou frases), o professor deve interromper a situação dirigindo a atenção dele para a atividade que estava desenvolvendo.

Os procedimentos acima recomendados fazem parte do conjunto de ações necessárias à efetivação de uma Educação Inclusiva.

Professor, ao identificar um aluno com deficiência ou com dificuldade específica de aprendizagem, o Coordenador de seu curso deverá ser informado e o PAD também deve ser comunicado, para que possa receber as orientações necessárias.

5 - ORIENTAÇÕES AO GESTOR DA UNIDADE

Prezado(a) Gestor(a) de Unidade,

Atendendo ao disposto no Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004, elencamos abaixo os principais requisitos necessários para a promoção da acessibilidade dos alunos com deficiência.

5.1 - DEFICIÊNCIA FÍSICA (PARALISIA CEREBRAL)

Alocar a turma que tenha aluno com deficiência física matriculado em prédio com rampas ou elevador;

Eliminar barreiras arquitetônicas para circulação do aluno, permitindo acesso aos espaços de uso coletivo do campus, principalmente a biblioteca;

Reservar vagas no estacionamento do campus, utilizando a sinalização universal;

Construir rampas e escadas com corrimãos e sinalizadas com piso tátil ou colocar

Elevadores, facilitando a circulação de cadeiras de rodas;

Adaptar portas e banheiros com espaço suficiente para permitir acesso de cadeira de rodas;

Colocar barras de apoio nas paredes dos banheiros;

Colocar barra na parte inferior da lousa, caso necessário;

Instalar lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeiras de rodas;

Sinalizar o campus utilizando os símbolos internacionais de acesso (design universal);

Disponibilizar, na sala de aula, mesa adaptada à altura e condições físicas do aluno usuário de cadeira de rodas, de acordo com as normas técnicas de acessibilidade NBR- 9050/2004 da ABNT.

5.2 DEFICIÊNCIA VISUAL (CEGUEIRA)

Alocar a turma que tenha aluno cego matriculado em prédio com rampas ou elevador;

Disponibilizar um funcionário administrativo no primeiro dia de aula, para receber o aluno cego no sentido de favorecer-lhe o conhecimento do espaço físico do campus;

Disponibilizar um funcionário administrativo, por período necessário, até que o aluno cego construa o mapa mental dos espaços do campus;

Criar espaço adequado na biblioteca para uso dos sistemas de apoio ao aluno cego;

Zelar, permanentemente, pelo computador em que está instalado os sistemas de síntese de voz;

Disponibilizar, quando necessário, alunos leitores para cegos;

Admitir a entrada e permanência de cão-guia na sala de aula;

Colocar piso tátil no caminho que o aluno cego deve percorrer para acessar os espaços dentro do *campus*.

DEFICIÊNCIA VISUAL (BAIXA VISÃO)

Manter sala de apoio equipada com fotocopidora que amplie textos, software de ampliação de textos, lupas, régua de leitura, scanner acoplado a computador;

Disponibilizar computador com softwares de apoio, caso o aluno solicite;

Colocar piso tátil com cor contrastante no caminho que o aluno com baixa visão deve percorrer para acessar os espaços dentro do campus.

5.3 - DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Estabelecer contato com o Curso de Letras (Português-Literaturas) no sentido de oferecer apoio em Língua Portuguesa Instrumental.

5.4 - SURDEZ

Providenciar a contratação de intérprete de LIBRAS, quando o aluno solicitar;

Estimular o bibliotecário a multiplicar a capacitação em LIBRAS para os seus auxiliares.

Os procedimentos recomendados nestes documentos fazem parte do conjunto de ações necessárias à efetivação de uma Educação Inclusiva.

Caso identifique algum aluno com necessidades educacionais especiais, por favor, informe ao Gestor Acadêmico da IES e o PAD, para que possa receber as orientações necessárias.

Uma de nossas atribuições junto aos alunos com necessidades educacionais especiais é criar um ambiente educacional que reconheça as suas possibilidades e suas limitações, garantindo, assim, a sua plena inclusão educacional.

6. SUGESTÕES DE PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA AS DISCIPLINAS ONLINE/ CURSOS EAD

O professor/tutor junto aos alunos com deficiência ou com problemas específicos de aprendizagem tem a tarefa de criar um ambiente educacional que reconheça as suas possibilidades e suas limitações, garantindo, assim, a sua plena inclusão no conjunto da turma, tanto nos momentos presenciais quanto na sala de aula virtual.

Dessa forma, sugerem-se alguns procedimentos metodológicos que ajudarão esses alunos a obterem sucesso na aprendizagem em ambientes virtuais.

Abaixo estão relacionados os procedimentos mais relevantes por categoria de deficiência e/ou de problemas específicos de aprendizagem.

6.1 - DEFICIÊNCIA FÍSICA (Paralisia Cerebral)

Permitir o uso de digitador (familiar, amigo ou colaborador da IES) para o envio de mensagens e postagem nos tópicos dos fóruns de discussão, nas ferramentas de mensageria, bem como em outros recursos de interação entre colegas e tutores;

Disponibilizar as postagens de outros alunos na ferramenta “anotações” para o aluno com deficiência, ou outra ferramenta análoga, de modo a permitir uma organização mais acessível das informações;

Solicitar avaliação oral presencial, caso o aluno tenha muita dificuldade na escrita e/ou no manuseio do equipamento (mouse e teclado) utilizado nas avaliações;

Permitir que, durante as aulas práticas realizadas em laboratórios, onde são utilizadas vidrarias, reagentes e altas temperaturas, o aluno, caso necessário, participe apenas como observador. Se houver necessidade de operação de instrumentos por parte do aluno, como tarefa inerente à formação, o tutor da disciplina prática deverá solicitar réplicas de baixo risco (como plástico e soluções líquidas inertes, por exemplo) para que não haja prejuízo na formação do aluno;

Solicitar ao Coordenador de Curso possíveis adaptações no material didático para atender necessidades individuais e consequente customização da forma de entrega desses materiais, se for o caso.

6.2 - DEFICIÊNCIA VISUAL (Cegueira)

Confirmar ou solicitar ao Coordenador do Curso a disponibilização de versão em áudio para os vídeos e teletransmissões;

Confirmar ou solicitar ao Coordenador do Curso versão em texto compatível com os softwares de leitura (DOS-VOX, JAWS, entre outros) para o material online;

Permitir o uso de digitador (familiar, amigo ou colaborador da IES) para o envio de mensagens e postagem nos tópicos dos fóruns de discussão, nas ferramentas de mensageria, bem como em outros recursos de interação entre colegas e tutores;

Utilizar linguagem adequada para indicar com precisão, o lugar exato, usando termos como: à sua frente, em cima etc., em vez de “ali”, “aqui”;

Viabilizar o acesso e garantir condições adequadas para o cão-guia, se for o caso;

Disponibilizar colaborador para reconhecimento físico da estrutura da IES (sala de teletransmissão, laboratório etc.);

Fazer uso da avaliação oral, caso necessário;

Combinar com o aluno a melhor forma de elaboração dos instrumentos de avaliação (prova oral, prova transcrita em braille ou com o auxílio de um leitor).

6.3 - DEFICIÊNCIA VISUAL (Baixa Visão)

Confirmar ou solicitar ao Coordenador do Curso mecanismo de ampliação de vídeo (tela cheia) para visualização de aulas teletransmitidas;

Confirmar ou solicitar ao Coordenador do Curso mecanismo de ampliação do tamanho das letras (fonte) do conteúdo online, ou de conversão da versão online para versão em texto compatível com tecnologias de geração de áudio a partir de texto;

Confirmar ou solicitar ao Coordenador do Curso versão em áudio para os vídeos e teletransmissões;

Fazer uso da avaliação oral, caso necessário.

6.4 - DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Orientar todos os colaboradores e tutores para evitar o impulso de se falar mais alto toda vez que se está diante de um aluno com deficiência auditiva;

Confirmar, junto ao aluno, as necessidades específicas em função do grau de deficiência auditiva apresentada (por exemplo, se o aluno usa aparelhos auditivos de amplificação);

Confirmar ou solicitar ao Coordenador do Curso à versão em LIBRAS das aulas teletransmitidas, bem como confirmar com o aluno se ele adquiriu essalíngua formalmente;

Aceitar a carência de vocabulário e/ou organização sintática incomum como características das limitações de estrutura linguística desse público, nos eventos em que haja necessidade de expressão escrita (mensagens, fóruns, avaliações etc.);

Estimular o aprendizado da Língua Portuguesa, por meio de oficinas ou mentoria, principalmente na modalidade escrita, para uso do vocabulário pertinente à matéria que está sendo ensinada e às necessidades de emprego formal da Língua para a formação de nível superior;

Permitir o uso de dicionários (de termos, de sinônimos, de regência etc.) durante a realização de avaliações, exceto os dicionários de cunho enciclopédico;

Adotar flexibilidade na correção de provas escritas, valorizando o conteúdo semântico, em detrimento da construção sintática e dos elementos gramaticais correlatos (como regência e concordância, por exemplo);

Providenciar um colaborador da IES para eventuais dúvidas e/ou necessidades especiais.

6.5 DEFICIÊNCIA MENTAL

O atraso no desenvolvimento global do indivíduo é uma característica marcante do quadro de deficiência mental. O indivíduo apresenta uma lentidão no seu desenvolvimento, conseqüentemente, no seu processo de aprendizagem. Porém, o aluno com deficiência mental pensa com lógica e raciocina.

Oferecer ao aluno abordagens de conteúdo de maneira mais ajustada às suas condições individuais, valendo-se, para tal fim, da biblioteca virtual, da central de mensagem da disciplina e outros recursos análogos;

Introduzir atividades complementares às previstas, de caráter formativo, para auxiliar o aluno nos processos de ensino e de aprendizagem e de nivelamento de lacunas curriculares oriundas da Educação Básica, na medida possível;

Adaptar os critérios regulares de avaliação, caso seja necessário;

Aumentar o tempo de realização da prova para o aluno.

6.6 -DISLEXIA (*Distúrbio ou transtorno de aprendizagem na área da leitura, escrita e soletração*)

Oferecer atenção individualizada;

Permitir a realização de provas oralmente;

Aumentar o tempo de realização da prova para o aluno;

Incentivar o aluno a restaurar a confiança em si próprio, valorizando o que ele gosta e faz bem feito;

Ressaltar os acertos, ainda que pequenos, e não enfatizar os erros;

Valorizar o esforço e o interesse do aluno;

Evitar o uso da expressão “tente se esforçar” ou outras semelhantes, pois o que ele faz é o que ele é capaz de fazer no momento;

Falar francamente sobre suas dificuldades sem, porém, fazê-lo sentir-se incapaz, mas auxiliando-o a superá-las;

Respeitar o seu ritmo, especialmente devido aos problemas de processamento da informação e seus reflexos na linguagem;

Levar em conta as dificuldades específicas do aluno e as dificuldades da nossa língua quando corrigir atividades, exercícios ou questões discursivas;

Buscar compreender, junto ao aluno, as formas pelas quais ele possui mais facilidade para adquirir e reter informação (visual, texto, vídeo etc.), e solicitar customização de conteúdo, se for o caso, para essa finalidade;

Fornecer “dicas” específicas de como o aluno pode aprender ou estudar a sua disciplina;

Esquematizar o conteúdo das aulas, para que ele possa entender os principais conceitos da matéria

através de esquemas claros e didáticos.

6.7 - TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade)

- Prestar atendimento individualizado a esse aluno;
- Permitir avaliação oral;
- Explicar o conteúdo mais de uma vez;
- Permitir que a avaliação escrita seja realizada com tempo maior do que para outros alunos;
- Pedir que ele ouça a sua pergunta até o final, isto porque tem dificuldade de ouvir a pergunta toda;
- Procurar entender a sua produção textual, uma vez que tem dificuldade em leitura escrita;
- Buscar meios que o levem a completar a tarefa solicitada, pois não é persistente.

Os procedimentos acima recomendados fazem parte do conjunto de ações necessárias à efetivação de uma Educação Inclusiva.

Caso identifique algum aluno com deficiência ou com dificuldade específica de aprendizagem, por favor, informe ao Gestor Acadêmico e à Coordenação do Curso. Se for necessário, comunique-se com o NAPI – Núcleo de Acessibilidade, Psicopedagógico e Inclusão da instituição.

REFERÊNCIAS

CALDERÓN, Adolfo Ignacio. **Responsabilidade Social:** Desafios à Gestão Universitária. Disponível em: <<http://www.ampesc.org.br/arquivos/download/1217361367.pdf>>. Capturado em: 09.10.13.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Portaria Nº 3.284, de 7 de novembro de 2003